

## DECRETO Nº 8.453 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2003

(Publicado no Diário Oficial de 15 e 16/02/2003)

### **Altera o Regimento Interno do Conselho de Fazenda Estadual – CONSEF.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 155 da Lei nº 3.956, de 11 de dezembro de 1981 (Código Tributário do Estado da Bahia),

### **DECRETA**

**Art. 1º** Passam a vigorar com a redação abaixo os seguintes dispositivos do Regimento Interno do Conselho de Fazenda Estadual (CONSEF), aprovado pelo Decreto nº 7.592, de 4 de junho de 1999:

*“Art. 2º O Conselho de Fazenda Estadual (CONSEF), que integra a estrutura administrativa da Secretaria da Fazenda, é o órgão competente para, no âmbito administrativo, originariamente, julgar os litígios decorrentes de lançamentos de tributos e de aplicação de penalidades por infrações à legislação tributária e as impugnações e recursos do sujeito passivo, interpostos a qualquer medida ou exigência fiscal, obedecendo aos princípios do contraditório, da oficialidade, da legalidade objetiva, da verdade material, do informalismo e da garantia de ampla defesa, sem prejuízo de outros princípios de direito. (NR)*

*Art. 5º Por proposta do Presidente do CONSEF ao Secretário da Fazenda, poderão, em caráter provisório, ser criadas novas Juntas e Câmaras de Julgamento ou ser desativadas Juntas, Câmaras e a Câmara Superior.(NR)*

*§ 1º As Câmaras e Juntas provisoriamente criadas terão composição idêntica à das permanentes, devendo ser integradas pelos componentes do quadro de suplentes.*

*§ 2º Em caso de desativação da Câmara Superior, as suas atribuições serão da competência da Primeira Câmara de Julgamento.*

*Art. 7º Cada Câmara de Julgamento Fiscal (CJF) será composta de 6 (seis) membros efetivos e de igual número de suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, para um mandato de 3 (três) anos, admitida uma recondução e observada a representação paritária. (NR)*

*§ 3º O servidor designado para o exercício do cargo de*

*Presidente do CONSEF poderá ser reconduzido mais de uma vez à função de conselheiro efetivo das Câmaras de Julgamento.*

*Art. 9º .....*

*VI - nos casos de impedimento do titular ou de vacância no cargo de Vice-Presidente da Câmara Superior ou das Câmaras de Julgamento, assumirá a função o conselheiro, representante dos contribuintes, que obteve a segunda colocação no escrutínio previsto no inciso IV.*

*Art. 16. Os membros do CONSEF e os representantes da PROFAZ perceberão, a título de gratificação, por sessão a que comparecerem, quantia fixada em decreto do Poder Executivo, limitada ao equivalente a 8 (oito) sessões mensais. (NR)*

*Art. 24. ....*

*I - .....*

*f) pedido de reconsideração da decisão de Câmara que tenha reformado a de primeira instância, em processo administrativo fiscal, desde que verse sobre matéria de fato ou fundamento de direito apresentados pelo sujeito passivo na impugnação e não apreciados nas fases anteriores de julgamento.*

*Art. 25. ....*

*I - .....*

*a) recurso extraordinário em processo administrativo; (NR)*

*Art. 26. ....*

*XXI - propor ao Secretário da Fazenda, em caráter provisório, a criação de novas Juntas e Câmaras de Julgamento ou a desativação de Juntas, Câmaras de Julgamento e da Câmara Superior; (NR)*

*Art. 33. ....*

*VIII - providenciar a intimação do sujeito passivo e do autuante acerca das decisões e demais atos do Conselho; (NR)*

*VIII-A - proceder ao recebimento e a remessa de processos, recursos e petições;*

*XIV - atender aos contribuintes, advogados, prepostos e ao público em geral;*

*XV - conceder vistas de processos em trâmite no Conselho;*

*XVI - prestar informações sobre a tramitação de processos;*

*XVII - fornecer cópias de acórdãos e peças processuais;*

*XVIII - fornecer certidões;*

*XIX - assessorar a presidência do CONSEF, nos assuntos de sua competência, emitindo parecer quando solicitado.*

*Parágrafo único. A concessão de vistas, o fornecimento de cópias e a prestação de informações contidas em processos ou peças processuais, em trâmite pelo CONSEF, atenderão às exigências impostas pela legislação que rege o sigilo fiscal e o respeito à intimidade das partes, dos interessados e dos servidores envolvidos na lide.*

*Art. 37. ....*

*III - emitir parecer ou prestar informações que envolvam matéria de ordem tributária, fiscal, contábil e processual, sempre que solicitados. (NR)*

*Art. 72. O relator da decisão recorrida não poderá figurar como relator em qualquer outro recurso subsequente no mesmo processo. (NR)”*

**Art. 2º** Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, os seguintes dispositivos do Regimento Interno do CONSEF, aprovado pelo Decreto nº 7.592, de 4 de junho de 1999:

**I** - o parágrafo único do art. 5º;

**II** - o inciso II do art. 23;

**III** - as alíneas “d” e “e” do inciso I, o inciso II e o inciso VI, do art. 24;

**IV** - a alínea “b” do inciso I e o inciso III, do art. 25.

**Art. 3º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 14 de fevereiro de 2003.

**PAULO SOUTO**  
Governador

Ruy Tourinho

Secretário de Governo

Albérico Mascarenhas  
Secretário da Fazenda